

# Armadilhas de uma difícil recuperação

A economia brasileira finalmente começou a apresentar sinais de recuperação. A missa de réquiem para celebrar o fim de 20 anos de autoritarismo militar foi encenada no dia 15 de janeiro de 1985, quando 686 eleitores se reuniram na Câmara dos Deputados e elegeram Tancredo Neves o primeiro presidente civil em um quarto de século. A euforia da transição de um governo militar para um governo democrático provocou uma onda de propostas nacionalistas para os quatro principais problemas enfrentados pela nova administração: dívida externa, inflação, desemprego e crescimento econômico. Há uma forte acusação do passado, um verdadeiro consenso entre diversos grupos ideológicos, de que o "modelo brasileiro" de 1964 a 1984 precisa ser substituído por algo novo.

As propostas específicas apresentadas por diversos grupos sociais e políticos contêm ciladas em potencial para o governo: apesar das argumentações filosóficas, será extremamente difícil encontrar uma solução para a dívida externa que possa satisfazer todos os segmentos da sociedade. Deparando-se com a enorme tarefa de reativar a economia, ou melhor, de dar continuidade à recuperação econômica, o governo terá de apelar a retórica nacionalista para tentar encontrar uma saída no labirinto das confusas obrigações financeiras assumidas com os banqueiros internacionais. O futuro da democracia brasileira depende portanto, precariamente, do equilíbrio, enquanto a Nova República procura soluções viáveis para a dolorosa dívida externa e para reformas fundamentais à economia nacional.

Evidências de recuperação econômica não faltavam quando o Brasil ingressou em 1985. As vendas de Natal de 1984 ultrapassaram todas as expectativas dos comerciantes e dos analistas econômicos. As fábricas em São Paulo começaram a contratar operários novamente, apesar de o índice de emprego ainda estar 17% abaixo do nível registrado quatro anos antes. O superávit do comércio exterior em 1984 atingiu um

nível fenomenal de 13 bilhões de dólares, e o índice de crescimento industrial, durante os onze primeiros meses do ano, foi, em média, de 6,6%.

No entanto, nem todas as notícias econômicas foram positivas. A inflação atingiu um recorde histórico, com 223,8%, e os bóias-frias do interior de São Paulo fizeram greve para conseguir melhores salários e melhores condições de trabalho. Enquanto Affonso Pastore, presidente do Banco Central do Brasil, se reunia com banqueiros internacionais em Nova York para reescalonar até metade da dívida externa — pedindo 16 anos de amortização, um período de carência de até oito anos e juros abaixo da taxa de mercado —, o Brasil já tinha pago a esses banqueiros, em 1984, cinco bilhões de dólares a mais do que tinha sido capaz de ganhar ou emprestar. Essa transferência de recursos reais, de um país com 130 milhões de habitantes, com quase dez milhões de desempregados ou de subempregados, provocou sérias perturbações sociais (se os pagamentos de juros de um ano — quinze bilhões de dólares — fossem suspensos, todos os salários mínimos dos dez milhões de desempregados poderiam ser pagos). Trinta e cinco milhões de menores abandonados povoam as ruas de São Paulo, Rio de Janeiro e de outros centros urbanos à procura de abrigo e comida. Os sindicatos, tradicionalmente disciplinados e dominados pelo governo, tinham sido pressionados pelas políticas de austeridade salarial do presidente Figueiredo e estavam agora prestes a explodir. A impaciente classe média, uma participante voluntária do golpe militar de 1964 e uma beneficiária bem recompensada do legado autoritário, abandonou desavergonhadamente o governo e passou a apoiar o candidato oposicionista Tancredo Neves, num gesto desesperado para obter um alívio na luta diária contra inflação. Até mesmo os gordos industriais e empresários, que viveram da generosidade do governo, queriam uma mudança na medida em que o acordo entre o FMI e o Brasil para o segundo ano (1984) aprofundou a recessão e aumentou o desemprego.